



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA CRIMINAL  
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

fls. 1

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0012533-54.2014.8.26.0566 - 2014/002828**  
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**  
Documento de Origem: **IP - 281/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
Réu: **Wilson José Leite**  
Data da Audiência: **17/08/2015**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **WILSON JOSÉ LEITE**, realizada no dia 17 de agosto de 2015, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado dos Defensores **DR. REINALDO FERNANDES ANDRÉ - OAB 342.816/SP** e **DR. GUSTAVO DE JESUS FARIA PEDRO - OAB 312.845/SP**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a testemunha **ROGERIO GARCIA**, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **WILSON JOSÉ LEITE** pela prática de crime previsto no artigo 306 do CTB. Instruído o feito, requeiro a procedência. A embriaguez ficou bem demonstrada através do laudo de fls. 07. O acusado confirmou que dirigia embriagado quando foi abordado pela Polícia Militar. Apesar de o policial não lembrar dos fatos, o boletim de ocorrência faz referencia a abaloamento de veículo. Apesar da incidência do artigo 64, I, do CP, já que as condenações noticiadas na FA datam de tempo superior para a aplicação do instituto, observo que o acusado responde a outras três ações idênticas. Desta forma, a sua condenação tem que se atentar para a prática repetida


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

de sua conduta, que coloca em risco a segurança de terceiros. A mera aplicação de pena de multa, a nosso ver, será insuficiente para a reprovação e prevenção do delito. Assim, requeremos que a pena base seja fixada acima do mínimo, com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, na modalidade de prestação de serviços à comunidade. Também em razão do mesmo argumento, requeremos que a suspensão para dirigir veículo automotor seja fixada em patamar acima do mínimo. Finalmente, requeiro officie-se ao feito 4076-04.2012.8.26.0566, junto à 3ª Vara Criminal Local, para análise da revogação da concessão da suspensão condicional do processo. **DADA A PALAVRA À DEFESA** : MM. Juiz: A defesa manifesta-se acerca da absolvição do acusado vez que à época dos fatos até os dias de hoje, o acusado faz uso de medicamentos destinados ao controle da embriaguez patológica que lhe acomete conforme carta apresentada cuja juntada se solicita neste ato, bem como copia dos receituários destinados à manutenção do tratamento ministrado pelo órgão público de saúde municipal bem como à frequência regular de grupo de apoio destinado a tal patologia sob CID 10. Requer a defesa ainda a juntada do instrumento de mandato bem como em caso de eventual condenação, a conversão da pena restritiva de liberdade por pena alternativa. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. WILSON JOSÉ LEITE**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 306, "caput", da Lei 9.503/97. O réu foi citado (fls. 29) e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Não há necessidade de instauração de incidente de verificação de sanidade mental, tendo em vista a ausência de suspeita razoável, ou mesmo mínimo, de que exista patologia associada à embriaguez que gerou o fato narrado na denúncia. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal, uma vez que o acusado é primário. O acusado iniciará o cumprimento da medida em regime aberto, o que decido com base no artigo 33, § 2º, c, do CP e Súmulas 718 e 719 do STF. Com base nos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por pena de prestação pecuniária no valor de um salário mínimo, à entidade de fins sociais. Para o caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, desde já autorizo o “*sursis*” pelo prazo de dois anos. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **WILSON JOSÉ LEITE** à pena de prestação pecuniária em dinheiro no valor de um salário mínimo, à entidade de fins sociais, 10 dias-multa e 2 meses de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, por infração ao artigo 306, “caput”, da Lei 9.503/97. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se. **Oficie-se como requerido à 3ª Vara Criminal Local. Defiro a juntada dos documento requeridos pela defesa. Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais. Eu, \_\_\_\_\_, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Acusado:

Defensores: